

CARGO 2: ANALISTA MINISTERIAL – ESPECIALIDADE: SERVIÇO SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO

APLICAÇÃO: 2021 | MANHÃ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo abecelho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Há relações diversas e fundamentais entre o discurso e as verdades. Ao longo da história, já se acreditou que a verdade existiria independentemente da linguagem, que nada mais seria, além de sua mera expressão. Também já se afirmou que as coisas ditas seriam entaves ou acessos à verdadeira essência dos seres e fenômenos. Já foi dito ainda que as verdades consistiriam em construções históricas dos fatos, para as quais o discurso é decisivo. Mais recentemente, vimos multiplicarem-se as alegações de que os fatos não existem, de sorte que haveria apenas versões e interpretações alternativas.

No que se refere às tendências contemporâneas de conceber as relações entre discurso e verdade, elas são frequentemente consideradas um movimento libertário, uma vez que nos permitem desprender-nos de dogmas, ortodoxias e autoridades exclusivas de pesadas e passadas tradições. Assim, domínios e instituições que antes nos guiavam, com base em suas verdades fundamentais e numa quase cega fé que depositávamos nelas, tornam-se cada vez mais suscetíveis às nossas dúvidas e críticas. A religião, a política, a mídia e a ciência já não são mais do mesmo modo consideradas como fontes das quais brotariam a certeza dos fatos e os devidos caminhos a seguir. Com frequência e intensidade aparentemente inéditas, a crença e a confiança que nelas assentávamos passaram a ser ladeadas ou suplantadas por suspeitas e por ceticismos, por postura crítica e por emancipações.

Carlos Piovezani, Luzmara Curcino e Vanice Sargentini. **O discurso e as verdades:** relações entre a fala, os feitos e os fatos. *In:* Luzmara Curcino, Vanice Sargentini e Carlos Piovezani. **Discurso e (pós)verdade.** São Paulo: Parábola, 2021, p.7-18 (com adaptações).

Questão 1

O autor do texto CG1A1-I defende que

- A o discurso é fator essencial para se confirmar a veracidade histórica dos fatos.
- B os fatos passam a ter existência a partir do momento em que se apresentam versões e interpretações para eles.
- C a crença e a confiança em instituições e domínios que ofereciam a certeza dos fatos e os caminhos a serem seguidos vêm sendo questionadas.
- D o discurso sempre impede a apreensão da verdade e da verdadeira essência dos seres e das coisas.
- E a consciência das relações entre discurso e verdade é o primeiro passo para uma atitude libertária no que se refere a crenças e dogmas irrefletidos.

Questão 2

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do primeiro parágrafo do texto CG1A1-I: “Ao longo da história, já se acreditou que a verdade existiria independentemente da linguagem, que nada mais seria, além de sua mera expressão”. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada é gramaticalmente correta e mantém o sentido original do texto.

- A Já acreditaram na história que a verdade teria existência independente da linguagem, que nada mais seria, além de sua mera expressão.
- B Já se acreditou, ao longo da história, que a verdade existiria independentemente da linguagem, a qual não seria nada mais que sua simples expressão.
- C Já se acreditaram que a verdade existiria independentemente da linguagem, que nada mais seria, além de sua mera expressão ao longo da história.
- D Já se acreditou que, ao longo da história, independentemente da linguagem, a verdade existiria e que nada mais seria, além de sua mera expressão.
- E Ao longo da história já acreditou-se que haveria verdade independente da linguagem e que ela nada mais seria, além de sua expressão simples.

Questão 3

Em “A religião, a política, a mídia e a ciência já não são mais do mesmo modo consideradas como fontes das quais brotariam a certeza dos fatos e os devidos caminhos a seguir” (segundo parágrafo do texto CG1A1-I), a palavra “devidos” está empregada com o mesmo sentido de

- A exatos.
- B válidos.
- C próprios.
- D corretos.
- E necessários.

Questão 4

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- I No primeiro período do segundo parágrafo, a supressão da forma pronominal “nos” empregada imediatamente antes de “permitem” preservaria a correção gramatical do texto e as informações nele veiculadas.
- II No terceiro período do segundo parágrafo, a supressão do vocábulo “como” empregado imediatamente após “consideradas” preservaria a correção gramatical do texto.
- III No segundo período do segundo parágrafo, a supressão de “antes” preservaria a coerência do texto.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 5

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o conectivo “Assim” foi empregado com a finalidade de

- A introduzir uma afirmação que conclui um raciocínio.
- B esclarecer a afirmação apresentada no período imediatamente anterior.
- C destacar uma afirmação como a mais forte de uma sequência.
- D incluir uma nova afirmação numa lista de argumentos.
- E revelar um raciocínio implícito.

Texto CG1A1-II

À área da linguística que se ocupa em contribuir para a solução de problemas judiciais e que auxilia também na compreensão de discursos e interações produzidos em ambiente jurídico chamamos de linguística forense. Pouco ainda se fala e se conhece sobre a aplicação da linguística à esfera forense, apesar de muitos crimes serem cometidos unicamente ou parcialmente por meio da língua, como a calúnia, a injúria, a difamação, a ameaça, o estelionato e a extorsão.

Ao produzir um texto, oral ou escrito, o sujeito lança mão de um vasto repertório lexical e regras de ordenação sintática pertencentes à gramática de seu idioma. Entretanto, esse arranjo não é feito da mesma forma por diferentes pessoas. Ao falarmos ou ao escrevermos, organizamos o material linguístico que está disponível em nosso acervo mental de uma forma única, afinal cada indivíduo constituiu seu vocabulário a partir de experiências também únicas. Isso significa que imprimimos nosso estilo em nossos textos, deixando nele nossa “assinatura”. Esse uso individual do idioma é chamado de idioleto, ou seja, é como se fosse um dialeto pessoal, uma marca identitária daquele indivíduo. Embasada nisso, a linguística forense procura desenvolver metodologias que auxiliem no processo de atribuição de autoria de um determinado texto.

Welton Pereira e Silva. *Linguística forense: como o linguista pode contribuir em uma demanda judicial? In: Roseta, v. 2, n.º 2, 2019 (com adaptações).*

Questão 6

Assinale a opção correta, de acordo com as ideias do texto CG1A1-II.

- A O trabalho em linguística forense consiste na identificação e na catalogação dos diversos idioletos.
- B A linguística forense busca trazer contribuições para que se identifiquem as marcas individuais de autoria presentes nos textos.
- C A linguística forense, além de pouco conhecida, é uma área que ainda apresenta poucos resultados fora do meio acadêmico.
- D A investigação de crimes que se realizam por meio da escrita constitui o foco principal da linguística forense.
- E As escolhas vocabulares dos indivíduos nos textos dificultam a pesquisa em linguística forense.

Questão 7

O texto CG1A1-II apresenta, predominantemente, a tipologia textual

- A argumentativa.
- B descritiva.
- C expositiva.
- D injuntiva.
- E narrativa.

Questão 8

No segundo parágrafo do texto CG1A1-II, com o emprego de formas na primeira pessoa do plural em “Ao falarmos ou ao escrevermos, organizamos o material linguístico que está disponível em nosso acervo mental de uma forma única”, o autor busca

- A estabelecer intimidade com o leitor e ganhar sua confiança.
- B incluir-se entre os linguistas forenses.
- C transmitir neutralidade e objetividade.
- D diluir a sua presença no texto, facilitando a adesão às suas ideias.
- E apresentar ações comuns a todas as pessoas, inclusive a ele próprio.

Questão 9

No primeiro período do texto CG1A1-II, o sujeito da oração principal

- A está indeterminado, haja vista o emprego do vocábulo “se”.
- B é o termo “área da linguística”.
- C é o termo “linguística forense”.
- D está elíptico e corresponde à primeira pessoa do plural.
- E é composto.

Questão 10

José, servidor público do estado do Amapá, é amigo de João, que é proprietário de um imóvel comercial. O órgão público a que José é vinculado estava buscando alugar um novo imóvel na região onde se localiza o imóvel de João. José, então, avisou João do chamamento público para a seleção de imóvel e ele, posteriormente, apresentou proposta ao órgão para a locação de seu imóvel por valor abaixo do de mercado. O imóvel de João foi selecionado por suas singulares características e, em seguida, a locação do imóvel foi concretizada.

Considerando-se as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992, é correto afirmar que, nessa situação,

- A João não poderia ter participado da seleção, por ser amigo de José.
- B inexistiu ilegalidade na conduta de José.
- C a locação do imóvel através de seleção pública impede a configuração de ato de improbidade.
- D o valor da locação abaixo do valor de mercado, por si só, inibe a ocorrência de improbidade.
- E José praticou ato de improbidade administrativa caracterizado pelo enriquecimento ilícito de João.

Questão 11

Considerando as disposições da Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- I A legitimidade para o processo administrativo é restrita às pessoas físicas.
- II O ato de decidir sobre recursos administrativos é delegável.
- III O servidor que tenha participado como perito é impedido de atuar no processo administrativo.
- IV Na contagem dos prazos relativos ao processo administrativo, exclui-se o dia da cientificação oficial e inclui-se o dia do vencimento.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Questão 12

No que se refere à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, assinale a opção correta, considerando as previsões estabelecidas na Lei n.º 66/1993.

- A** A acumulação de dois cargos públicos de livre nomeação e exoneração é possível.
- B** A compatibilidade de horário é o único requisito para a acumulação de empregos e funções públicas.
- C** A vedação de acumulação restringe-se às funções públicas.
- D** As hipóteses de acumulação de cargos públicos estão exaustivamente listadas na Lei n.º 66/1993.
- E** As sociedades de economia mista estão abrangidas pela vedação de acumulação estabelecida na Lei n.º 66/1993.

Questão 13

Conforme a Lei n.º 66/1993, é aplicável a penalidade de demissão em caso de

- A** incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- B** recusa de fé a documentos públicos.
- C** promoção de manifestação de apreço no recinto da repartição.
- D** aliciamento de subordinados para se filiarem a sindicato.
- E** referência depreciativa a usuário do serviço público.

Questão 14

Assinale a opção que indica o órgão do MPAP competente para propor ao Poder Legislativo a destituição do procurador-geral de justiça, conforme dispõe a Lei Complementar n.º 79/2013 do estado do Amapá.

- A** Colégio de Procuradores de Justiça
- B** Conselho Superior do Ministério Público
- C** Corregedoria-Geral do Ministério Público
- D** Ouvidoria do Ministério Público
- E** Grupo Especializado de Atuação Funcional

Questão 15

Um servidor estável foi inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo e retornou ao cargo que ele anteriormente ocupava.

Com base na Lei n.º 66/1993 do estado do Amapá, assinale a opção que representa a medida administrativa tomada nessa situação hipotética.

- A** reintegração
- B** remoção
- C** readaptação
- D** aproveitamento
- E** recondução

Questão 16

À luz da Lei Complementar n.º 79/2013 do estado do Amapá, as funções dos cargos que compõem a Promotoria Especializada do MPAP são definidas

- A** exclusivamente para a esfera penal, sem distinção entre as espécies de infração penal.
- B** para a esfera civil, sem distinção quanto à natureza da relação jurídica de direito civil.
- C** pela competência de determinado órgão jurisdicional, fixada independentemente da matéria.
- D** pela espécie de infração penal ou pela natureza da relação jurídica de direito civil.
- E** simultaneamente com as dos cargos que integram as promotorias criminal e cível.

Questão 17

Acerca do exercício de mandato eletivo estadual por servidor efetivo, a Lei n.º 66/1993 do estado do Amapá prevê que o servidor

- A** poderá optar pela remuneração do cargo de origem.
- B** perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- C** ficará afastado do seu cargo efetivo, sem remuneração.
- D** perderá a garantia de progressão funcional.
- E** não terá o tempo de exercício contado para os fins legais.

Questão 18

Compreender a estrutura e as atribuições das unidades ministeriais e instituições relacionadas à atuação organizacional, com o enfoque no encaminhamento célere e adequado das demandas apresentadas.

O texto anterior descreve uma das competências comuns integrantes da Matriz de Competências do MPAP, constante da Portaria n.º 106/2021-GAB-PGJ/MPAP. Assinale a opção que indica a competência descrita.

- A** relacionamento interpessoal
- B** visão organizacional
- C** comunicação
- D** visão sistêmica
- E** proatividade

Questão 19

Considerando os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das funções essenciais à justiça, é correto afirmar que o Ministério Público

- A** é órgão dotado de autonomia financeira, administrativa e institucional e, embora detenha personalidade jurídica própria, não possui capacidade ativa para a tutela de seus próprios interesses em juízo, sendo necessária a atuação da União em defesa dessa instituição.
- B** não é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- C** tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo quando decorrentes da prestação de serviço público.
- D** tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).
- E** não é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos em caso de feitos com beneficiários individualizados, pois se trata de direitos individuais disponíveis.

Questão 20

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 a respeito do Ministério Público, é correto afirmar que o chefe do Ministério Público da União é o

- Ⓐ procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- Ⓑ procurador-geral de justiça, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- Ⓒ procurador-geral de justiça, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos de idade, após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- Ⓓ procurador-geral de justiça, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- Ⓔ procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

Questão 21

Recentemente foram propostas no Supremo Tribunal Federal diversas ações constitucionais cujo conteúdo consistia em conflitos entre os entes federativos acerca das competências para o exercício dos poderes de polícia sanitária e das prerrogativas de empreender, entre outras, medidas de isolamento, quarentena, interdição de locomoção, de serviços públicos e atividades essenciais e de circulação. Considerando a jurisprudência recente acerca da responsabilidade dos entes da federação na adoção de medidas no que se refere à pandemia da covid-19, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal

- Ⓐ decidiu que compete privativamente à União legislar sobre saúde pública e agir no enfrentamento da pandemia da covid-19.
- Ⓑ decidiu que compete privativamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar sobre saúde pública e agir no enfrentamento da pandemia da covid-19.
- Ⓒ decidiu que as medidas adotadas pelo governo federal não afastam atos a serem praticados por estados, Distrito Federal e municípios, considerada a legitimação concorrente dos entes federados no que se refere ao campo da saúde pública.
- Ⓓ proibiu os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de agir no enfrentamento da pandemia da covid-19, em virtude da centralidade e hierarquia da União no federalismo cooperativo.
- Ⓔ proibiu o governo federal de agir no enfrentamento da pandemia da covid-19, por força do princípio da predominância dos interesses.

Questão 22

Considerando os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação ao Poder Judiciário, à organização e às competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- Ⓐ O CNJ não pode determinar a autoridade recalcitrante o cumprimento imediato de suas decisões, quando impugnadas na justiça federal de primeira instância, na hipótese de se tratar de competência originária do STF.
- Ⓑ Os Ministérios Públicos dos estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.
- Ⓒ O Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares, pois se trata de direitos individuais disponíveis.
- Ⓓ Os Ministérios Públicos estaduais estão vinculados e subordinados no plano processual, administrativo e institucional, à chefia do Ministério Público da União, do que decorre limitação da autonomia do órgão na atuação nos processos em que forem parte, nos tribunais superiores.
- Ⓔ É competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.

Questão 23

Considerando os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos e garantias fundamentais e os atos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a opção correta.

- Ⓐ O CNMP não pode proibir que os servidores do Ministério Público exerçam a advocacia, pois tal medida contrariaria os princípios constitucionais da isonomia, da moralidade e da eficiência no Ministério Público.
- Ⓑ O CNMP não pode proibir que os servidores do Ministério Público exerçam a advocacia, pois tal medida violaria a liberdade de exercício profissional.
- Ⓒ O CNMP não pode proibir que os servidores do Ministério Público exerçam a advocacia, pois não possui capacidade para a expedição de atos normativos autônomos, ainda que o conteúdo disciplinado na norma editada se insira no seu âmbito de atribuições constitucionais.
- Ⓓ O CNMP pode proibir que os servidores do Ministério Público exerçam a advocacia, desde que o faça no âmbito de sua competência para efetuar controle de constitucionalidade de lei.
- Ⓔ O CNMP pode, por meio de resolução, proibir que os servidores do Ministério Público exerçam a advocacia.

Questão 24

Determinado indivíduo foi aprovado em concurso público para o cargo de fiscal ambiental, para cujo ingresso era necessário nível superior. Depois de um ano de atuação como funcionário, descobriu-se que ele não tinha concluído o nível de escolaridade exigido e que havia fraudado o diploma requisitado para o cargo. Depois do devido processo legal, essa pessoa foi demitida.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, em regra, os atos de ofício e de decisão praticados por tal indivíduo serão considerados

- A** nulos, porquanto praticados por pessoa incompetente.
- B** válidos, em razão da teoria do agente de fato.
- C** anuláveis, em decorrência de vício na forma dos atos.
- D** legais, mas somente até serem contestados.
- E** irregulares, por vício de capacidade do agente.

Questão 25

Considere que o pedido de determinado cidadão para construir sua residência tenha sido analisado e deferido pela prefeitura do município. Nessa situação hipotética, sob a ótica do direito administrativo, tal deferimento consiste em

- A** permissão de serviço particular.
- B** exercício do poder hierárquico do Estado.
- C** delegação de atividade com impacto público.
- D** licença de polícia.
- E** concessão de serviço *uti singuli*.

Questão 26

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I A teoria adotada no Brasil sobre a responsabilidade civil do Estado é a teoria da culpa administrativa.
- II Se determinado agente público, nessa qualidade, causou dolosamente um dano à terceiro, então é facultado a este propor ação diretamente contra o agente público.
- III Nas causas em que o Estado for condenado por ato de agente público, este poderá responder regressivamente, de maneira subjetiva, perante o Estado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 27

Acerca dos serviços públicos, assinale a opção correta.

- A** Serviços *uti singuli* são serviços específicos e limitados prestados por empresas concessionárias de serviço público.
- B** A concessão a uma empresa vencedora da licitação implica transferência da titularidade do serviço público.
- C** O serviço de pavimentação da rua principal de determinado município é considerado serviço *uti universi*.
- D** O Estado pode transferir recursos para entidades sem fins lucrativos, para a consecução de serviços públicos, desde que observada a Lei de Licitações.
- E** Pelo princípio da continuidade do serviço público, é proibida a suspensão de serviços públicos essenciais, tal como o fornecimento de energia.

Questão 28

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, a inexigibilidade da licitação

- A** dispensa a justificativa de preço, em razão da urgência da contratação.
- B** permite a justificativa posterior — isto é, após a contratação — da escolha do fornecedor ou executante.
- C** é permitida para a contratação de profissionais iniciantes, ainda não consagrados pela crítica, a fim de fomentar a iniciativa artística.
- D** é permitida para serviços de publicidade e divulgação, desde que consista em empresa reconhecida no mercado nacional.
- E** exige comunicação, no prazo de três dias, à autoridade superior.

Questão 29

Acerca da Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** São penalidades da referida lei ressarcimento ao erário, suspensão dos direitos políticos, prisão, multa e proibição de contratar com o poder público.
- B** A lesão ao erário, dolosa ou culposa, que enseja perda patrimonial, constitui ato de improbidade administrativa.
- C** A lei em questão somente se aplica aos agentes públicos, não alcançando terceiros que eventualmente concorram na conduta ímproba.
- D** Dada a natureza do ato de improbidade administrativa, são vedados transação, acordo ou conciliação entre as partes da ação de improbidade administrativa.
- E** A ação de improbidade administrativa prescreve em três anos a contar do término do mandato eletivo.

Questão 30

Assinale a opção correta que, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), apresenta espécie legislativa adotada em caso de relevância e urgência e que não pode dispor sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

- A** emenda à Constituição
- B** lei delegada
- C** lei complementar
- D** medida provisória
- E** decreto legislativo

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

De acordo com o Código de Ética do(a) Assistente Social, constitui direito do(a) assistente social

- Ⓐ participar de programas de socorro à população em situações de calamidade pública.
- Ⓑ devolver as informações colhidas nos estudos e nas pesquisas a usuários.
- Ⓒ manter o sigilo profissional.
- Ⓓ utilizar, no exercício da profissão, seu número de registro no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).
- Ⓔ contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

Questão 32

A partir de sua intervenção profissional, o(a) assistente social geralmente produz um documento, o qual pode ser um relatório, um laudo ou um parecer social. Acerca desses documentos técnicos, julgue os itens a seguir.

- I Parecer social é a opinião fundamentada que o(a) assistente social emite sobre a situação analisada, com base na análise efetuada, e deve conter os aspectos mais relevantes observados, pois eles darão respaldo ao parecer.
- II O relatório social é o documento no qual geralmente constam o registro do objeto de estudo, a identificação dos sujeitos envolvidos, um breve histórico da situação, os aspectos significativos levantados na entrevista e a análise da situação.
- III Laudo social é um documento que pode ser utilizado judicialmente como uma das provas de instrução do processo, para dar suporte à decisão e à sentença judiciais.
- IV A elaboração de opinião técnica sobre matéria de serviço social por meio desses documentos é competência do(a) assistente social e de outras especialidades profissionais também.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ II e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, II e IV.

Questão 33

Com relação à entrevista, um instrumento muito utilizado pelo(a) assistente social em sua atuação profissional cotidiana, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na entrevista semiestruturada, o(a) assistente social, por meio de um roteiro previamente elaborado, faz as perguntas conforme a ordem estabelecida.
- Ⓑ No planejamento de uma entrevista, os objetivos institucionais e as necessidades dos usuários são importantes para se escolher a melhor modalidade a ser utilizada e se definir se a entrevista será individual ou grupal.
- Ⓒ Como a entrevista tem como objetivo a busca de conhecimentos para garantir a efetivação de direitos, ela sempre assegura que não ocorra a invasão de privacidade do usuário nem de sua família.
- Ⓓ A entrevista não estruturada é caracterizada por sua limitação quanto à possibilidade de o profissional explorar, de forma abrangente, determinada questão.
- Ⓔ A existência de espaço físico adequado não é condição essencial para a realização da entrevista, haja vista a atual precarização dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do(a) assistente social.

Questão 34

O(A) assistente social atua em diferentes espaços ocupacionais e, frequentemente, em conjunto com profissionais de diferentes formações em uma equipe multiprofissional. No que se refere à conduta do profissional da assistência social nesse contexto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A opinião técnica do(a) assistente social no âmbito do saber do serviço social deve ser emitida de forma conjunta com os outros profissionais da equipe multiprofissional, quando da elaboração de relatório psicossocial, laudo psicossocial e(ou) parecer psicossocial.
- Ⓑ Ao realizar atividades compartilhadas com outros profissionais, o(a) assistente social deve buscar igualar sua observação à interpretação dos processos sociais e ao encaminhamento das ações propostas pelos demais membros da equipe.
- Ⓒ O(A) assistente social deve compreender e responder às questões oriundas da questão social mediante o diálogo com a teoria própria do serviço social.
- Ⓓ Cabe ao(à) assistente social, na sua relação com a própria categoria e com outros profissionais, incentivar a participação dos profissionais do serviço social em equipes interdisciplinares.
- Ⓔ Em trabalho multidisciplinar, as informações devem ser compartilhadas em sua totalidade, de forma a garantir que todos os profissionais envolvidos no trabalho tenham visão abrangente da situação apresentada.

Questão 35

O atual projeto ético-político do serviço social

- Ⓐ está sendo revisto, em razão de não conseguir orientar, de forma adequada, as atividades profissionais regidas por ele.
- Ⓑ tem como valor ético central a igualdade e prioriza as demandas políticas a ela inerentes, com vistas ao acesso de todos às políticas sociais.
- Ⓒ sofreu alterações significativas e deixou de estar vinculado ao projeto de transformação da sociedade após o declínio do Movimento de Reconceituação.
- Ⓓ encontra-se em um momento crucial de sua trajetória diante da ofensiva do capital e do enfraquecimento das lutas dos movimentos organizados do trabalho.
- Ⓔ é caracterizado pela defesa do conservadorismo profissional.

▼ Questão 36

Considerando a atuação profissional do(a) assistente social, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Poder Judiciário, os(as) assistentes sociais lidam com diferentes situações conflitivas de vida da população no seu cotidiano, sendo um dos agentes por intermédio do qual o Estado intervém no espaço privado dos conflitos.
- Ⓑ Ao atuar institucionalmente na intermediação das demandas da população usuária para acesso aos serviços sociais, esse profissional se coloca na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes de repressão pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos.
- Ⓒ Com o processo de mercantilização e descentralização das políticas sociais públicas, o espaço ocupacional do(a) assistente social foi ampliado para abranger atividades relacionadas a elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos.
- Ⓓ Como assistentes sociais trabalham com diversas questões sociais, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso a eles, o significado desse trabalho não sofreria alterações mesmo se fosse realizado em uma lógica de compra e venda de serviços.
- Ⓔ Historicamente, os(as) assistentes sociais dedicam-se à gestão de políticas públicas, especialmente na seguridade social, que é seu campo tradicional de atuação.

▼ Questão 37

Com relação ao exercício profissional do(a) assistente social no campo da assessoria/consultoria, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na lei de regulamentação da profissão, o exercício da assessoria/consultoria é apresentado tanto como uma atribuição privativa do(a) assistente social quanto como uma competência.
- Ⓑ A assessoria caracteriza-se como um tipo de trabalho precarizado, sem vínculo trabalhista e geralmente realizado por profissionais recém-formados.
- Ⓒ As origens da assessoria/consultoria no serviço social são recentes, pois estão vinculadas ao redimensionamento da profissão e à ocupação de novos espaços sócio-ocupacionais depois do ano 2000.
- Ⓓ A assessoria é igual à supervisão, haja vista a relativa liberdade que o assessorado tem de aceitar ou recusar as propostas do assessor.
- Ⓔ A assessoria, no campo do serviço social, ainda é entendida como um tipo de militância política, o que acaba por desvalorizar esse campo de atuação.

▼ Questão 38

Assinale a opção correta, relativa aos instrumentos observação, questionário e entrevista, utilizados na pesquisa social.

- Ⓐ A observação é uma técnica de coleta de dados realizada a partir da observação e validada posteriormente, mediante discussão com pares e(ou) especialistas na temática.
- Ⓑ A realização do pré-teste é importante para verificar se o instrumento de pesquisa apresenta fidedignidade, validade e operatividade.
- Ⓒ A principal desvantagem do uso dos questionários é que, para serem considerados válidos, eles devem ser aplicados pelo pesquisador.
- Ⓓ A entrevista é uma forma de diálogo simétrico que culmina em interação social.
- Ⓔ Uma das desvantagens da entrevista é o fato de esse instrumento não exigir que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever, o que pode resultar na obtenção de dados imprecisos.

▼ Questão 39

No que se refere à formulação de projetos de intervenção profissional no serviço social, assinale a opção correta.

- Ⓐ A formulação desses projetos não precisa necessariamente seguir as disposições da lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.862/1993) e do Código de Ética do(a) Assistente Social.
- Ⓑ O reconhecimento da dimensão técnico-administrativa do serviço social pressupõe a elaboração, em diferentes particularidades socioinstitucionais, de propostas comprometidas prioritariamente com as demandas institucionais.
- Ⓒ A formulação dos referidos projetos envolve um conjunto articulado de atividades investigativas, interventivas e normativas que integram o exercício profissional em suas dimensões autônomas.
- Ⓓ O projeto, entendido como a maior unidade do processo de planejamento, expõe o conteúdo das ações a serem desenvolvidas pelo profissional e deve estar voltado para o alcance dos objetivos e das finalidades institucionais.
- Ⓔ A formulação desses projetos constitui uma organização sistemática das ações técnico-profissionais e ético-políticas em resposta às expressões da questão social com as quais o(a) assistente social se depara no exercício da profissão.

▼ Questão 40

Acerca da análise crítica das influências teórico-metodológicas e das formas de intervenção construídas pela assistência social no Brasil em seus distintos contextos históricos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do serviço social em seus primórdios advinham do estruturalismo, que compreende a realidade social a partir de um conjunto de relações.
- Ⓑ O ideário católico presente na gênese do serviço social brasileiro tem forte influência na formulação dos primeiros objetivos políticos e sociais da profissão, pautados pela superação das desigualdades sociais e pela transformação social.
- Ⓒ A ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho deu-se mediante um arranjo teórico doutrinário caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico inspirado na teoria social positivista.
- Ⓓ No cerne do Movimento de Reconceituação, a vertente modernizadora caracterizou-se pela incorporação da abordagem fenomenológica, voltada a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema por meio do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza na perspectiva de integração social.
- Ⓔ No início da década de 70 do século passado, com o Movimento de Reconceituação, a teoria social de Marx passou a ter forte interlocução com a profissão, já que, a partir de então, sua matriz teórico-metodológica passou a compreender o ser social a partir de sua totalidade e do isolamento do indivíduo frente à dominação capitalista.

Questão 41

As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), devem assegurar

- Ⓐ o diagnóstico precoce, o qual deve ser realizado por equipe médica interdisciplinar.
- Ⓑ o atendimento ambulatorial para as pessoas com deficiências múltiplas com risco de morte e de emergência em saúde.
- Ⓒ o direito à fertilização assistida.
- Ⓓ a informação acessível à pessoa com deficiência, sendo dispensado o seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte, de emergência em saúde ou condutas de cuidados paliativos.
- Ⓔ o atendimento psicológico à pessoa com deficiência, apenas em sessão conjunta com seus familiares e atendentes pessoais, para a compreensão dos determinantes sociais e biológicos das restrições de funcionalidade.

Questão 42

Acerca do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), assinale a opção correta.

- Ⓐ No início da epidemia da AIDS, os primeiros diagnosticados com o HIV foram os usuários de drogas injetáveis.
- Ⓑ A vulnerabilidade individual sobre a suscetibilidade ao HIV pode aumentar com relação aos parâmetros do modelo ideológico, o qual caracteriza a AIDS como uma doença específica de um grupo de risco.
- Ⓒ A proteção da pessoa idosa à infecção pelo HIV está relacionada com uma variedade de fatores que coíbem o estado de vulnerabilidade, como a monogamia sem uso de preservativo, a abstinência sexual e o uso contínuo de medicamentos que garantem o exercício dos direitos sexuais por um período mais longo.
- Ⓓ A terapia antirretroviral (TARV) contribui para a reversão do HIV, sendo indispensável a adesão ao tratamento nos momentos cíclicos de detecção do vírus.
- Ⓔ No Brasil, os medicamentos antirretrovirais, indicados às pessoas que vivem com o HIV, fazem parte do programa brasileiro de distribuição seletiva e gratuita aos segurados sociais.

Questão 43

A ficha de notificação/investigação individual de violência doméstica, sexual e(ou) outras violências interpessoais é obrigatória em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes. Um dos tipos de violência elencado na ficha de notificação é

- Ⓐ enforcamento/sufocação.
- Ⓑ atentado violento ao pudor.
- Ⓒ objeto contundente.
- Ⓓ tráfico de seres humanos.
- Ⓔ tentativa de suicídio.

Questão 44

No que se refere a crianças e adolescentes em situação de rua,

- Ⓐ em muitos casos, o uso de drogas representa um fator potencializador de exclusão no cotidiano dos adolescentes recém-ingressos nos grupos em situação de rua.
- Ⓑ a sociedade se abstém da prática de atos de humilhações contra crianças e adolescentes em situação de rua.
- Ⓒ os estudos sobre esse tema traçam um perfil único dos sujeitos que experenciam a transitoriedade da vida nas ruas.
- Ⓓ relatos de abuso sexual, cujas autoras de violência são as genitoras e avós, são recorrentes entre os meninos e as meninas em situação de rua.
- Ⓔ a convivência na rua emerge como uma alternativa para distanciar-se de núcleos familiares com a presença de fatores austeros, como as agressões de genitores ou desestruturação familiar.

Questão 45

Assinale a opção correta, com relação à vacinação.

- Ⓐ As crianças, os adolescentes, os idosos com comorbidades, as gestantes, a população carcerária e os povos indígenas são contemplados no Calendário Nacional de Vacinação como grupos prioritários.
- Ⓑ No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o instituto regulador responsável pela aprovação e pelo licenciamento das vacinas.
- Ⓒ As vacinas, quando adotadas como estratégia de recuperação da saúde, tornam-se uma ação eficaz de intervenção pública denominada imunidade de rebanho.
- Ⓓ A vacinação no Brasil é uma ação de saúde pública orientada pelo programa municipal de imunizações, o qual sistematiza somente as informações sociodemográficas e os agravos de saúde da população que possui o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Ⓔ A vacina de prevenção ao papilomavírus humano (HPV), indicada para pessoas que vivem com o HIV e para crianças do sexo feminino a partir dos 11 anos de idade, é distribuída no Sistema Único de Saúde (SUS) e apresenta eficácia contra infecções com lesões existentes.

Questão 46

No que se refere ao Programa Bolsa Família, programa da política de assistência social, é correto afirmar que

- Ⓐ o combate à exclusão social, à desagregação familiar e à pobreza são alguns dos objetivos do referido programa federal com gestão descentralizada e com corresponsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓑ a inobservância das condicionalidades pelas famílias beneficiárias, como, por exemplo, a identificação de descumprimento do calendário vacinal das crianças de 0 a 6 anos de idade, causa a suspensão imediata do benefício familiar.
- Ⓒ o acompanhamento das condicionalidades do programa em questão contribui para a identificação de situações de vulnerabilidade e fraudes no cadastro único (CadÚnico).
- Ⓓ o responsável familiar registrado no cadastro único (CadÚnico), para a manutenção desse benefício, deverá, no seu mês de nascimento, informar, no sistema, se houve nascimento ou morte de alguém na família ou aumento ou diminuição da renda.
- Ⓔ o cumprimento do calendário vacinal é um dos condicionantes para as famílias beneficiárias do referido programa; logo, o idoso que reside no domicílio tem o dever de tomar anualmente o imunizante contra os vírus *influenza* causadores da gripe.

Questão 47

Ao abordar a “questão social”, não se fala uma categoria que existe na concretude do mundo e da vida, a partir da qual é possível fazer abstrações, e sim de um conceito reflexivo. Desse modo, o que existe concretamente não é a questão social, mas suas expressões.

Adrielly Pereira Sousa e João Paulo Macedo. **População em situação de rua**: expressão (im)pertinente da “questão social”. Internet: <<http://www.scielo.br>> (com adaptações).

A partir das ideias do texto precedente, pode-se considerar como uma das expressões da questão social

- A** o Programa Jovem Aprendiz.
- B** o Programa Alfabetização Solidária.
- C** a Campanha Vacinal no âmbito do Programa Nacional de Imunizações.
- D** a existência de adolescentes em situação de trabalho infantil.
- E** a existência de unidades de acolhimento de pessoas em situação de rua.

Questão 48

A respeito de políticas de saúde, de assistência social e de previdência social, julgue os itens a seguir.

- I A piracema é um fenômeno da natureza que repercute nas atividades laborais e na perda de renda do pescador sazonal e interpolado, sendo garantido o seguro-desemprego a todos os segurados sociais inscritos no Registro Geral de Pesca (RGP).
- II O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) assegura à pessoa residente no exterior a realização da prova de vida pela Internet, com a finalidade de evitar a suspensão do benefício ao qual ela faz jus.
- III Em caso de aborto não criminoso, o benefício do auxílio-maternidade é assegurado à trabalhadora que esteja na condição de segurada social.
- IV O acesso aos direitos trabalhistas vigentes em lei é registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- V O trabalhador, por ser beneficiário da seguridade social, quando for dispensado a pedido e sem justa causa, pode usufruir do direito ao seguro-desemprego.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e III.
- B** I, III e V.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e IV.
- E** II, IV e V.

Questão 49

No que se refere a política, planos, programas, projetos e ações referentes às políticas econômicas e sociais, assinale a opção correta.

- A** O Programa Minha Casa Minha Vida, conhecido como Programa Casa Verde e Amarela, visa garantir moradia digna e, conseqüentemente, qualidade de vida aos beneficiários do Programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza.
- B** Cabe ao Ministério do Turismo a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violação dos direitos de crianças e adolescentes no turismo, sendo considerados como diretrizes centrais norteadoras de suas ações o Código de Ética Mundial para o Turismo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção de Belém do Pará.
- C** A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida considera como educação especial a modalidade de educação escolar oferecida aos educandos com deficiência na rede complementar ao ensino regular.
- D** O Programa Tempo de Aprender, destinado à alfabetização de idosos, objetiva, por meio de suas ações, promover a efetiva aprendizagem da leitura e da escrita.
- E** O Programa Norte Conectado, que contempla a cidade de Macapá como beneficiária, tem como meta a expansão da infraestrutura de comunicações na região amazônica.

Questão 50

Considerando o que dispõe a Lei n.º 8.069/1990 sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, assinale a opção correta, acerca do Conselho Tutelar nos termos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A** A notificação ao Conselho Tutelar dos casos de suspeita de maus-tratos contra crianças por profissionais de Serviço Social é um ato discricionário, sem prejuízo de outras providências legais.
- B** As entidades privadas que acolhem crianças e adolescentes devem manter, em seus quadros, profissionais habilitados a reconhecer sinais de maus-tratos e, conseqüentemente, notificar ao Conselho Tutelar.
- C** Cada município contará, no mínimo, com um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto pela proporção de cinco membros a cada 1.000 habitantes, sendo os membros escolhidos pela população local para mandato de quatro anos.
- D** Qualquer pessoa designada a cuidar de um adolescente que utilizar tratamento degradante como forma de educação será advertido pelo Conselho Tutelar, com a aplicação de medida protetiva de distanciamento entre o adolescente e a pessoa autora de violência.
- E** Os pais que se utilizarem de castigo físico como forma de correção dos filhos poderão ser advertidos pelo Conselho Tutelar, com a determinação de tratamento psiquiátrico compulsório nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Questão 51

José, de 6 anos de idade, foi vítima de violência física praticada por familiares.

Antônio, de 17 anos de idade, foi vítima de abuso sexual praticado de forma eletrônica.

Pedro, de 12 anos de idade, tem sofrido intimidação sistemática na escola, o que tem comprometido seu desenvolvimento emocional.

Considerando essas situações hipotéticas e a garantia de direitos a crianças e adolescentes vítimas de violência, assinale a opção correta, acerca de escuta especializada e depoimento especial.

- A Somente José poderá ser ouvido por meio de depoimento especial, por ter menos de 7 anos de idade.
- B Somente Antônio e Pedro poderão ser ouvidos por meio de depoimento especial, por serem adolescentes.
- C José, Antônio e Pedro poderão ser ouvidos por meio de depoimento especial, com o suporte de profissionais capacitados.
- D Somente Antônio poderá ser ouvido por meio de depoimento especial, por ter sido vítima de violência sexual.
- E José e Antônio poderão ser ouvidos por meio de depoimento especial, e somente Pedro poderá ser ouvido por meio de escuta especializada.

Questão 52

Helena, de 26 anos de idade, mora com sua avó, Ana Maria, de 58 anos de idade, no município de Macapá. Helena tem deficiência de longo prazo, de natureza física, com mobilidade bastante reduzida, e, para assisti-la, contratou Joana como sua atendente pessoal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base nos direitos da pessoa com deficiência.

- A Para exercer seu direito ao voto em eleições, Helena deverá ser auxiliada, na cabine de votação, por servidor indicado pelo Poder Judiciário.
- B Ao utilizar serviço de táxi, Helena deverá fazer o pagamento adicional para o transporte da sua cadeira de rodas.
- C Helena, Ana Maria e Joana terão direito a assentos especiais quando forem juntas ao cinema.
- D O uso de vaga especial em estacionamento de *shopping center* é assegurado a Helena, devendo o seu veículo exibir a credencial confeccionada pelo órgão de trânsito competente.
- E Helena e Joana têm direito a prioridade na restituição do imposto de renda.

Questão 53

Rosa, de 63 anos de idade, mora no município de Oiapoque. Com ela residem: seus dois filhos, sendo um solteiro e o outro casado; seu marido, José; sua mãe, Laura; seu irmão e um enteado, ambos solteiros; e sua nora. A renda da família provém do benefício de prestação continuada (BPC) de José e do salário mínimo que Rosa recebe por trabalhar como atendente em uma loja.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando as condições sociais e econômicas da família de Rosa e os direitos da família em relação ao BPC.

- A Laura e Rosa têm direito ao BPC.
- B Caso Laura venha a receber o BPC e, em seguida, vá para uma instituição de longa permanência, ela perderá o direito ao benefício.
- C Laura não poderá receber o BPC, porque José já recebe o benefício.
- D Para o cálculo do BPC, é excluído da contagem o enteado de Rosa.
- E Para o cálculo do BPC, é excluída da contagem a nora de Rosa.

Questão 54

Com relação ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), julgue os seguintes itens, com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

- I O CNAS pode propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal *per capita* estabelecidos para fins de recebimento do BPC e de benefícios eventuais.
- II Deve haver paridade entre os membros do CNAS, que é composto de vinte representantes, sendo dez deles governamentais e os demais não governamentais.
- III O CNAS pode aprovar o funcionamento das entidades de assistência social e os seus relatórios financeiros.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 55

Julgue os itens seguintes, relativos ao atendimento domiciliar e à internação domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- I Procedimentos psicológicos e de assistência social estão excluídos do subsistema de atendimento domiciliar e internação domiciliar pelo SUS.
- II Deve haver expressa concordância do paciente e de sua família para o recebimento de atendimento ou internação domiciliar.
- III As equipes multiprofissionais do subsistema de atendimento domiciliar e internação domiciliar pelo SUS atuam nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 56

Carla, maior de idade e capaz, reteve o cartão magnético de conta bancária usado para o recebimento do benefício de seu avô, Antônio, de 80 anos de idade, com o objetivo de ressarcir uma dívida.

Conforme prevê o Estatuto do Idoso, Carla está sujeita à pena de

- A) detenção de seis meses a dois anos e multa.
- B) reclusão de dois a cinco anos.
- C) detenção de dois meses a um ano e multa.
- D) reclusão de quatro a doze anos.
- E) detenção de um a três anos e multa.

Questão 57

Jorge e Maria são casados há cinco anos e recentemente ela engravidou do seu quarto filho. Por conta de crença religiosa, Jorge impede Maria de utilizar métodos contraceptivos e, agora, tem usado de coação para que ela realize aborto.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), a conduta de Jorge é considerada violência

- A) patrimonial.
- B) física.
- C) psicológica.
- D) sexual.
- E) moral.

Questão 58

A Lei n.º 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), reconhece, entre os princípios desse sistema,

- A) os valores culturais como um dos fatores de proteção para o uso indevido de drogas.
- B) a supremacia do Estado nas questões do enfretamento ao uso indevido de drogas.
- C) a priorização das políticas de prevenção do uso indevido de drogas, de atenção e de reinserção social de usuários em detrimento da política de repressão à produção não autorizada dessas substâncias.
- D) a primazia do Ministério Público e do Poder Judiciário em detrimento do Poder Legislativo no desenvolvimento das atividades relacionadas ao SISNAD.
- E) a prevalência das orientações oriundas dos conselhos estaduais de repressão às drogas.

Questão 59

Uma assistente social contratada pela empresa Alfa praticou as seguintes ações no desenvolvimento das suas atividades profissionais:

- I utilizou-se do seu cargo de chefia para prejudicar o trabalho de outra colega de profissão, para fins de promoção e aumento de vencimentos;
- II publicou, em seu nome, trabalhos de terceiros.

De acordo com o Código de Ética do(a) Assistente Social, nessa situação hipotética, as ações I e II praticadas pela profissional são consideradas violações

- A) moderada e grave, respectivamente.
- B) grave e moderada, respectivamente.
- C) graves.
- D) leves.
- E) moderada e leve, respectivamente.

Questão 60

A legislação que dispõe sobre a profissão de assistente social define como competência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

- A) expedir carteiras profissionais de assistentes sociais.
- B) organizar e manter o registro do cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas.
- C) fixar o valor das anuidades a serem pagas pelos(as) assistentes sociais.
- D) elaborar os regimentos internos dos conselhos regionais nos estados da Federação.
- E) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.

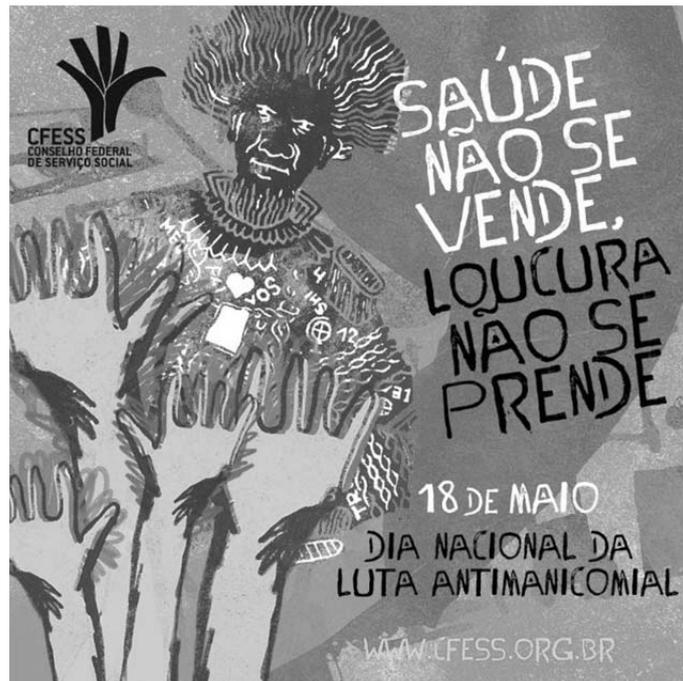
ESPAÇO LIVRE

-- PROVA DISCURSIVA --

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

O direito à cidadania liberta o sujeito da tutela institucional, devolvendo-lhe o poder, posto que desconstrói o conceito de doente mental, de não sujeito para sujeito de direito, com diferenças individuais como todos os outros sujeitos, com sua história, seu potencial, suas tristezas, seus sonhos e suas alegrias. Considerando o acesso à cultura um direito e uma necessidade de todos, a Oficina de Poesia apresenta, como uma de suas frentes de trabalho, a visitação mensal a centros de cultura, como bibliotecas e museus, por exemplo, com o intuito de assegurar a circulação dos sujeitos portadores de sofrimento mental nos espaços da sociedade onde a cultura e a arte residem e onde todos os cidadãos paraenses transitam. Cabe pontuar que a oficina é um instrumento que deve estimular a busca pela autonomia e cidadania do sujeito, um espaço que favoreça a expressividade e a criatividade de cada um, possibilitando o empoderamento pessoal, o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança. Tudo isso deve ocorrer no encontro com outros sujeitos singulares, ocasiões que devem ser vistas como um dispositivo disparador de mútuas afetações e transformações pessoais, sociais e culturais.

Andrezza Carvalho Ervedosa e Maria Luzia Matos.
De poeta e louco todo mundo tem um pouco: oficina de poesia.
 In: **Revista NUFEN**, São Paulo, v. 1, n.º 2, p. 96-117, nov./2009.
 Internet: <pepsic.bvsalud.org> (com adaptações).



Internet: <www.cfess.org.br>.

Considerando que o fragmento de texto e a imagem precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da atuação dos(as) assistentes sociais na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a compreensão das entidades representativas e da categoria do serviço social a respeito da Reforma Psiquiátrica; [valor: 3,50 pontos]
- 2 os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde; [valor: 2,00 pontos]
- 3 os desafios e as possibilidades de atuação dos(as) assistentes sociais na RAPS. [valor: 4,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	